

HABEAS CORPUS Nº 568.051 - AL (2020/0072852-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : JOSE LEONARDO GALVAO DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSÉ LEONARDO GALVÃO DOS SANTOS - AL013821
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Revisão Criminal n.0801391-28.2020.8.02.0000).

Consta dos autos ter sido o paciente condenado à pena de 9 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, pela prática do crime previsto no art. 121 do Código Penal (homicídio).

Irresignada, a defesa ingressou com recurso, tendo o Tribunal de origem negado provimento ao apelo.

Posteriormente, em *habeas corpus*, a sanção teria sido reduzida para 6 anos de reclusão.

Ajuizada revisão criminal objetivando nova diminuição da pena, o pedido liminar de prisão domiciliar foi indeferido pelo Desembargador relator (e-STJ fls. 60/63).

No presente *writ*, insurge-se a defesa contra a negativa do pleito liminar de prisão domiciliar, asseverando, em síntese, que o paciente é acometido de doença grave, qual seja, neoplasia maligna no encéfalo, de modo que faz jus ao aludido benefício, sobretudo se considerada a atual pandemia pelo COVID-19.

Busca, inclusive liminarmente, possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento da revisão criminal manejada no Tribunal *a quo*.

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* ante *decisum* que indefere liminar no *writ* precedente, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

Ademais, compulsando os autos verifico que a decisão de origem não examinou o pleito liminar lá formulado sob o enfoque do COVID-19, o que configura inequívoca supressão de instância, cabendo destacar, ainda, que se está diante de paciente condenado por crime cometido mediante violência (homicídio).

Assim, as questões formuladas, notadamente diante das peculiaridades do caso, necessitam de averiguação mais aprofundada pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação contida na impetração no momento adequado. Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie.

Superior Tribunal de Justiça

Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator